

# A CIDADE NA ALDEIA

Reflexões sobre bem-viver e contexto urbano do Rio de Janeiro



**Larissa de Siqueira Saldanha**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

[larysiq920@gmail.com](mailto:larysiq920@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4123-0992>

## Resumo

Em meio ao caos urbano que indígenas se deparam quando inseridos nas dinâmicas das cidades, o racismo, a desigualdade, os ataques e as tentativas contínuas de remoções caracterizam a relação que estado e sociedade civil vem estabelecendo historicamente com estes povos desde os tempos coloniais. Durante todo o processo histórico da cidade muito se colonizou, catequizou, escravizou, e encobriu a presença e memória dos povos que já viviam aqui, o que os colocam num não-lugar onde impera a invisibilidade, o descaso e a desvalorização de culturas tão caras e ainda presentes em todos os cantos do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, indígenas que (re)existem nesse contexto urbano precisam realizar esforços para manter - nesta dinâmica e longe da mata - suas vidas e culturas vivas, sendo, portanto, um grande desafio manter, neste cenário, a cultura do bem-viver. É esta, grande responsável por garantir ao ser indígena a vivacidade de sua cultura, bem como a conexão com elementos que compõem suas cosmovisões originárias, e que tanto em cidades como aldeias vem sendo gravemente feridas. Assim analisaremos como a cidade referida vem ferindo as possibilidades de obterem uma condição de vida com qualidade, o que somado a pandemia de Covid-19 as tornam cada vez mais diminutas.

### Palavras-chave:

Povos indígenas; urbanização; racismo; desigualdade; pandemia

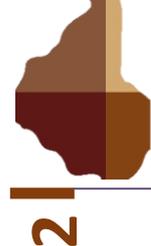
## Resumen

En medio del caos urbano que enfrentan los indígenas al insertarse en las dinámicas de las ciudades, el racismo, la desigualdad, los ataques y los continuos intentos de desalojo caracterizan la relación que el Estado y la sociedad civil han establecido históricamente con estos pueblos desde la época colonial. Durante todo el proceso histórico de la ciudad, mucho fue colonizado, catequizado, esclavizado y encubierto la presencia y la memoria de las personas que ya habitaron aquí, lo que las colocó en un no lugar donde la invisibilidad, el abandono y la desvalorización de las culturas tan queridas prevalece y sigue presente en todos los rincones del estado de Río de Janeiro. En este sentido, los pueblos indígenas que (re)existen en este contexto urbano necesitan esforzarse para mantener -en esta dinámica y lejos de la selva- sus vidas y culturas vivas, siendo así un gran desafío mantener, en este escenario, la cultura del bienestar. Esto es, en gran parte, responsable de garantizar a los indígenas la vivacidad de su cultura, así como la conexión con los elementos que componen sus cosmovisiones originales, y que, tanto en las ciudades como en los pueblos, ha sido gravemente lesionada. De esta manera, analizaremos cómo la citada ciudad ha venido perjudicando las posibilidades de obtener una calidad de vida, lo que sumado a la pandemia del Covid-19 las hace cada vez más pequeñas.

### Palabras clave:

Pueblos indígenas; urbanización; racismo; desigualdad; pandemia.





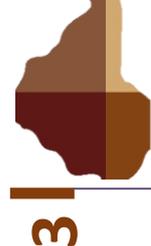
## 1. Introdução

O território é um elemento substancial na construção das narrativas de um indivíduo. Muito do que somos deve-se às experiências vividas no território onde coletivamente constroem-se as perspectivas acerca das existências. Isso estende-se às modalidades de vida no cenário urbano, em periferias e comunidades, mas potencializa-se, sobretudo, nas dinâmicas de povos tradicionais, como entre povos indígenas, onde essencialmente o individualismo e o privado inexistem. Investigando brevemente o que seria a “Cidade Maravilhosa” no passado pré, durante e pós-colonial, constata-se a íntima relação entre o desenvolvimento desse espaço com processos de violências contra a população indígena, o que não extinguiu de fato a sua presença, mas vem refletindo o modus operandi de um estado que ainda hoje rejeita a pluralidade cultural de grupos racialmente minorizados.

Considerando isto, é percebido que este processo culmina na formação de um espaço urbano que supervaloriza relações de produção e consumo, padronizando as formas de ser e viver - requisito do capital - em detrimento do estrangulamento de indígenas e seu bem-viver em territórios originários. Surge a partir do referido contexto uma grande contradição que é esta do não-lugar e que vêm produzindo, desde então, uma relação de conflito entre setores da sociedade civil e política, e povos indígenas. Estes, por sua vez, diante de suas condições e necessidades, encontram-se de forma cada vez mais expressiva inseridos nos setores de movimentos sociais organizados para fins de defesa de seus interesses que se materializam na busca pelos direitos humanos mais básicos. O bem-viver, na cosmogonia indígena, ressignifica o modo e estilo de vida dominante contrapondo o que, nestas dinâmicas originárias, é estabelecido com o espaço em que se vive. O esgotamento, o adoecimento, o consumo exacerbado, a apropriação e valorização imobiliária... refletem o cotidiano do caos e que para além de indígenas deixa vulnerável todos os participantes desta mecânica urbana, isso nos leva ao seguinte questionamento: de que forma seria possível para indígenas compor este cenário historicamente antagonico? Como garantir a continuidade da vida num contexto que engole outras possibilidades? É certo que indígenas que passam a se encontrar nestas circunstâncias, reelaborem, dentro da lógica privatista, muitos aspectos da sua vida social adotando novos padrões de habitação, alimentares e de trabalho, e que precarizados acabam por gerar uma gama de demandas a estes grupos sociais.

Nesse cenário é necessário evidenciar o processo de luta e construção do Movimento Indígena na cidade, como essencial para trazer protagonismo e fomento do debate tendo em vista as especificidades regionais destacadas. O presente artigo, portanto, objetiva fornecer ao leitor subsídios que apresentem uma introdução dessa realidade ainda pouco trabalhada no cenário acadêmico e que provoquem uma compreensão expandida da questão indígena para além do âmbito rural e de aldeamento, e que, através da modernidade, chega no contexto urbano como uma demanda regular e recorrente que precisa ser investigada. Acrescido a isto, traremos breve reflexão acerca de como a pandemia de covid-19 afetou os indígenas que vivem sob este recorte. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental que mobilizou um levantamento de dados a fim de indicar - sob alusão das reflexões dos autores citados - de quais formas o modo de ser indígena foi e vem sendo subsumido à lógica excludente reproduzida neste espaço altamente urbanizado.





## 2. A CIDADE COMO FRUTO DA COLONIALIDADE

A alteridade, como relação estabelecida com o outro, é a qualidade que possibilita a conexão, a contemplação e a diferenciação do outro a partir do que se apresenta distinto de si mesmo. Significa o vislumbre do não semelhante ou do oposto que em seu corpo externaliza, revela e exprime suas artes, suas crenças, sua espiritualidade, princípios e ideais. Na história da humanidade, o descobrimento do outro cria noções de diferença entre os humanos. O racismo surge tendo por parâmetro esse indicador de superioridade branca que é o que baseou e baseia todos os mecanismos utilizados no processo de conquista colonial e na atualidade, por meio da política de segurança, habitacional, de saúde, ambiental, etc., e que reverbera nos contextos da micropolítica a partir das regiões e suas devidas especificidades.

Foi esse processo político-cultural que tornou possível a instauração desse movimento de avanço rumo ao apagamento étnico e à negação da diversidade sob a ótica da assimilação no trato com os povos originários, partindo da premissa que propõe que indivíduos não-brancos precisam ser incorporados a um estado de civilidade que não condiziam com os espaços em formação. O ato de impor aos colonizados a cultura dos dominadores, especialmente sua religião e a reprodução de seus pilares no cotidiano, foi evidente principalmente durante as missões jesuítas, o que inclusive o que vai delinear de forma expressiva a formação histórica do Rio de Janeiro.

Dussel (1993) trata sobre isto em sua obra denominada “O encobrimento do outro”. Este autor entende o ‘descobrimento’ não somente como a experiência da descoberta do novo - no caso a América -, mas sobre o reconhecimento do outro como sua imagem e semelhança no sentido de projetar no outro ‘si mesmo’, ao invés ‘dele próprio’, destituindo-o de suas particularidades, saberes e da autoria de sua própria história. Esse direito é, na verdade, encoberto por um mito de que a modernidade<sup>1</sup> é um fenômeno exclusivo da Europa e deve ser estendido a outras nações e continentes descartando outros modos de vida que seriam “arcaicos” e ainda “primitivos”. Esta é a essência que move o avanço das relações sociais no Brasil dentro da perspectiva da ocidentalidade, de forma que

A ideia de que brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2017 p.11).

Este jeito idealizado de estar na terra subsidia a negação do outro potencializada através do racismo, e nesse processo econômico, político, cultural e social torna-se o principal aliado a manutenção do capital que orientam, de maneira necessária e exitosa, as relações nas futuras cidades. É importante, nesta discussão, pensar no conceito de terra. No contexto indígena trata-se não de uma coisa, mas quase que de alguém garantidor de meios para prover a subsistência física

<sup>1</sup> Aqui não necessariamente nos referimos ao período histórico que remete a Modernidade, mas a condição cultural do moderno como avançado, útil, vigente, etc.





e espiritual e, portanto, a vida. Quando partindo da ótica do ocidente - e principalmente com o advento da Modernidade - ela se torna um monopólio utilizado para o enriquecimento de uns em detrimento da pauperização de grupos racializados e explorados. Estes são privados da possibilidade de existirem por si próprios e são condenados a venderem sua força de trabalho e ainda assim viverem sob condição de marginalidade e precariedades. Trata-se de um movimento de transformação do território em 'terra de negócio'<sup>2</sup>.

O período pós-abolição é decisivo para as raças minorizadas, já que não era objetivo da República incluí-los num plano de integração de forma efetiva. A possibilidade de reprodução por meio do uso da terra e por meio da integração nas cidades em formação, são inviabilizadas e reforçam a desvalorização da existência de uma pluralidade étnica e cultural em nome de uma forma padronizada de relação mercadológica com o espaço. Nesse sentido, a urbanização e a favelização constituem-se também como consequências do êxodo rural, pois se dá a partir do anseio destes, que desamparados em seu lugar de origem desejam obter para si um espaço-território de possibilidades.

Assim como nos indica Berger (2018), a cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Assim, não podemos dissociar este fenômeno dos aspectos sociais atuais a ele pertinentes. Não se deve ignorar que, a presença da família Real Portuguesa, concentrada nas demarcações que compreendem o Rio de Janeiro, influenciaram consideravelmente sua organização em seu processo histórico, pois a cidade faz-se enquanto metrópole tendo em vista este cenário.

Maria Regina Celestino de Almeida (2000) reunindo uma vasta pesquisa acerca da história da ocupação no Rio de Janeiro colonial e ainda em como foi executado o processo de integração dos indígenas cariocas, percebe que:

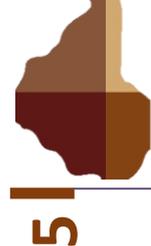
No decorrer de três séculos seu espaço colonial modificou-se e ampliou-se bastante com a incorporação dos sertões e de seus habitantes através de expedições de descimentos, de resgate e guerras justas que deslocavam os índios de suas cidades de origem para integrá-los aos novos núcleos portugueses e/ou à força de trabalho na cidade e em seus arredores. As expedições de descimento deslocavam os índios de suas aldeias de origem para reuni-los nas novas aldeias criadas junto aos núcleos Portugueses e constituiu sempre a principal fonte de origem reprodução das populações indígenas nos aldeamentos, tendo sido, portanto, atividade fundamental para a Coroa (ALMEIDA, 2000, p. 61).

Este processo de aldeamento, que será minuciosamente descrito pela autora, refere-se a uma estratégia da Coroa de ressignificar um espaço que outrora expressava um cotidiano operado pela ótica da comunidade, da cultura e do bem-viver - característico das aldeias. O objetivo era repensar e reorganizar além do espaço a dinâmica desses povos, de forma que estivessem em

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por José de Souza Martins (1980) que contraria o regime de propriedade familiar e comunitário manuseado por agricultores familiares, pequenos agricultores, indígenas e demais povos tradicionais. A terra de negócio baseia-se no princípio da exploração do capital sobre o trabalhador desprovido dos meios de trabalho, enquanto a terra de trabalho propõe uma relação de horizontalidade, onde a exploração sobre outros, a obtenção de lucro e a expropriação tornam-se, nesse modelo, inexistentes.





concomitância com a nova ordem para aplicar as práticas pertinentes à lógica colonial. Isso desencadeou em grande escala a assimilação por via do trabalho, da religião e a subserviência como *modus operandi* estratégico de promoção a integração social nesse novo modelo.

Deve-se ressignificar o mito de que indígenas só podem ser encontrados em seus territórios longínquos e isolados de qualquer tipo de influência externa, que compõe o padrão de estereótipo construído. Pessoas indígenas, para além do fluxo migratório, estiveram sempre nas cidades brasileiras porque a cidade surge em terra indígena, já que outrora tudo era e essencialmente é terra indígena. Suas influências estão mais próximas e enraizadas do que geralmente se percebe, devendo, portanto, ser redefinido o conceito e o sentido de território, entendendo que este também é produto do racismo.

De qualquer modo era a finalidade principal a extinção de outras formas de sociabilidade. Essa lógica presente na formação social brasileira incide em toda história do estado do Rio de Janeiro, podendo-se afirmar que é fruto do processo de desenvolvimento capitalista a condição mais avançada e contemporânea de urbanização e industrialização, que ameaçaram e ameaçam ainda hoje as etnias presentes neste estado (BERGER, 2018).

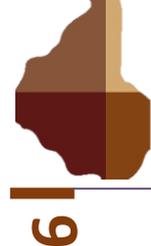
### 3. BEM-VIVER X CAOS URBANO

A dificuldade de viver em territórios indígenas e conseguir sua posse e regularização, é uma realidade também decorrente deste processo. O cotidiano pacato, diretamente articulado com a natureza que caracteriza o contexto de aldeamento, são progressivamente agredidos e afligidos por uma lógica que engole qualquer outra possibilidade de vida não regida por uma lógica de posse de bens e de produção e consumo exacerbados. Como já citado, enquanto a terra nas premissas ocidentais consiste numa propriedade privada, fornecedora de recursos materiais que se objetiva na produção de lucro potencializado na individualidade humana, para os povos indígenas expressa o senso de coletividade pautado na propriedade comum, produção do necessário à sobrevivência e a relação familiar, afetiva e de unidade que estes mantêm com a natureza. São esses pressupostos que dão sentido ao seu modo de ser, e que desde o contato com o homem branco vem sendo suprimidos por uma incompatibilidade evidente e violenta.

Sendo assim, a ocupação é sempre um elemento significativo no estudo da Questão Indígena seja a partir da macro ou da micropolítica. É por meio da compreensão da ocupação em diferentes contextos - temporais e regionais - que podemos designar como as demandas são encaminhadas pelo movimento indígena inclusive por estes que vivem uma realidade para além do contexto de aldeamento. O debate da questão indígena no cenário urbano deve ser urgente. No Brasil, de acordo com dados do IBGE (2010) 63,8% da população indígena residiam em áreas rurais, sendo a população urbana composta por 36,2% neste ano - percentual considerável que deve instigar especialistas, antropólogos, demógrafos e o poder público a avançar na investigação dessa multilocalidade. Os próprios conceitos de rural e urbano do ponto de vista dessa população, precisam ser revistos (ISA, 2018).

Este fenômeno se processa em nível nacional, não constituindo, portanto, em um fenômeno exclusivamente carioca. A perda de possibilidade de vida nos territórios é uma realidade concreta que decorre dessa lógica perversa executada por garimpos, madeireiras, mineradoras e o agronegócio, favorecidos pelo Estado, aliado ao capital. Com isso, se destitui o indígena de seus direitos





mais primários, encurralando famílias inteiras para este último recurso como tentativa de encontrarem viabilidade para se reproduzirem. Com isso, podemos afirmar que uma incorporação precária desses sujeitos nesses espaços e, ao mesmo tempo, uma ruptura com seus preceitos e respectivas culturas, aprofunda a violência vivenciada.

Berger (2018) quando se concentra na discussão dos indígenas que vivem na cidade e, especificamente no Rio de Janeiro, nos traz reflexões determinantes para a percepção do caos urbano e de como ele opera regido pela ordem do capital orquestrando as relações a favor dos interesses das classes dominantes. O autor cita alguns elementos da atualidade que caracterizam a cidade.

pela violência urbana, com a guerra aberta entre o tráfico e o Estado, com a presença das forças armadas na rua, o que evoca o clima pré-ditadura militar (1964), no contexto de um golpe político e crise política generalizada, agravados com a impunidade e corrupção, com o atraso absurdo de salários de funcionários públicos do estado do Rio [...], alunos bolsistas e funcionários terceirizados. A barbárie instalada na cidade do Rio de Janeiro, barbárie do capital, se expressa na violação dos direitos humanos das populações dos territórios historicamente marginalizados, onde mora a maior parte dos indígenas em contexto urbano: nas favelas, nas periferias e na rua (BERGER, 2018, p. 18).

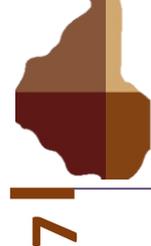
A dispersão desses povos nas periferias, são o prólogo da condição caótica e desordenada da realidade que se apresenta hoje. Essa relação implica muito fortemente nas esferas de raça, classe, religião, saúde, etc. e no sentido de cidade que padroniza as formas de estar no mundo, tornando a realidade periférica uma experiência desafiadora para estes indígenas encontrarem nesse espaço condições de vida minimamente dignas e justas. O que observamos é que o processo de formação das cidades afeta, sobretudo, a sociabilidade negra e indígena quando observamos que estes compõem a maior parcela de pessoas marginalizadas, o que trazem danos físicos e materiais, mas afetam também suas subjetividades neste cotidiano.

Um ponto importante que evidencia uma grande diferença de perspectivas na luta contra o racismo que acomete negros e indígenas que vivem no contexto urbano é que, no caso de pessoas negras, o sentido visual é o que prevalece, ou seja, um negro declarando-se ou não ser negro não mudará o tratamento que receberá da sociedade, o que não necessariamente acontece com pessoas indígenas que, por opressão, decidem abandonar suas culturas podendo deixar de serem lidos como tais. Sobre isto

[...] desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação [...] (IBGE, 2010, p. 8).

Trata-se de um movimento complexo e cruel que atinge sobretudo indígenas que vivem na realidade das cidades brasileiras, e que acaba provocando esse abandono consequente do medo de externar sua luta, crença e cultura. Duas questões: uma - é o direito dos indígenas estarem na cidade; dois, não buscam a cidade só porque o campo está ruim, alguns por opção de vida.





## 4. A “CIDADE MARAVILHOSA” EM DEBATE

A imagem turística vendida em função de muitas belezas naturais espalhadas pela cidade - áreas evidentemente não pertencentes à classe trabalhadora carioca - mascara a realidade de todo um entorno que distante da vida boêmia tem um cotidiano marcado pela violência de Estado, pela falta de saneamento básico e saúde, pela dificuldade de locomoção, acesso a espaços, serviços essenciais, etc. É perceptível portanto, que nas últimas duas décadas a questão indígena para além dos debates de conflitos nas terras, lutas pela efetivação de seus direitos e combate às tantas violências, vêm obtendo um crescimento considerável acerca destes no cenário urbano. Pelo contexto onde a identificação desses indígenas pode se tornar mais dificultosa, caminhamos na defesa de que é necessário a presença de iniciativas de forma cada vez mais concreta e recorrente e que possibilitem uma coleta de dados cada vez mais qualitativa, pois esta é uma ferramenta potente para a elaboração de políticas públicas.

Mesmo num cenário onde a identificação desse grupo pode ser mais dificultosa, é possível mapear na cidade do Rio de Janeiro um número significativo de indígenas autodeclarados. Identificou-se que o maior número de indígenas se encontra no bairro de Campo Grande, na região oeste, a 55 quilômetros do centro da cidade. Em 2010, o bairro abrigava 373 indígenas, representando 0,11% da população. Em Copacabana, bairro mais famoso da cidade, residiam 222 indígenas, a quarta maior população entre todos os bairros do Rio, mas representando apenas 0,15% do total, predominando as etnias Tupiniquim, Guarani e Terena. Também havia 123 indígenas no bairro histórico de Santa Teresa, 42 em Ipanema e 30 no Leblon, áreas de grande visibilidade turística (MENDES, 2021).

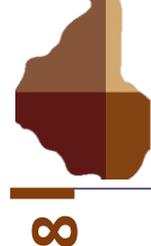
Além disso, o Censo IBGE de 2010 lista 127 grupos étnicos no Rio que falam 26 línguas. O povo Guarani predomina com 261 do total, seguido pelos grupos étnicos Tupiniquim (171), Guarani Kaiowá (144) e Tupinambá (136). A presença de indígenas de outros países também é significativa (152), evidenciando o apelo da “cidade maravilhosa” aos estrangeiros e indígenas de todo o país. De acordo com o Censo, pelo menos 850 indígenas (cerca de 13% do total) vivem nas favelas do Rio. A maior favela do país, a Rocinha, era o lar de 60 indígenas, o maior número entre as 183 favelas onde o IBGE registrou moradores indígenas. A cidade conta com 763 favelas (MENDES, 2021).

Observando os dados acima, percebe-se que há uma forte presença de indígenas na cidade. Pode-se afirmar, também, que esses dados não retratam esse fenômeno de forma significativa. Ou seja, é provável que os números sejam ainda maiores frente ao ocultamento de dados com a não realização do censo no ano de 2020<sup>3</sup> e pela dificuldade de autodeclaração, como foi apontado acima. Entende-se que seria possível trazer dados mais contundentes e reveladores sobre esses grupos, o que acaba reforçando uma invisibilização muito conveniente para o poder público não interessado.

---

<sup>3</sup> O ano de 2020, quando deveria ter sido realizado o último Censo Demográfico, foi um ano marcado pela pandemia da Covid-19 e índices alarmantes de contaminação da doença. Com isso houve a necessidade de adiá-lo para o ano seguinte, o que não acontece devido a falta de recursos disponíveis para a realização da pesquisa, sendo adiado novamente para 2022, quando finalmente está acontecendo.





Considerando que esse estado se apresenta fortemente urbanizado, as manifestações mais importantes acerca da resistência indígena mais recentes, também têm expressão nesse espaço. Pode-se considerar como mais emblemática a luta empreendida para a preservação de um espaço reservado aos indígenas na cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento ganhou espaço na mídia e teve grande notoriedade. Ocorreu em de 2014 e antecedeu a Copa do Mundo, tendo como cenário a Aldeia Maracanã, a qual não poderia deixar de ser citada aqui. Localizada em importante zona da cidade, próximo à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do centro da cidade e, portanto, de grandes centros comerciais, turísticos e culturais, carrega a história de povos que residiam nesta região no passado e residem ainda hoje.

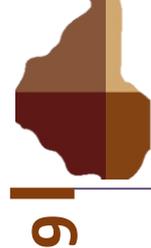
O prédio que hoje instala a aldeia, foi construído em 1862 e em 1910 foi doado ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN, ou SP a partir de 1918) que nessa época era liderado por Marechal Rondon. Este foi o primeiro diretor da SPI e um apoiador da causa indígena conhecido por adotar uma abordagem mais pacifista na relação entre Estado e os povos originários envolvidos. Em 1955 foi criado o primeiro programa de pós-graduação em Antropologia que acontecia no museu antes deste ser transferido para a sede atual. O prédio, até finais da década de 1970, era a sede do Museu do Índio e abrigava grande acervo histórico, cultural, etnográfico e de línguas indígenas. O museu foi idealizado por Darcy Ribeiro que tinha uma preocupação de construir esse espaço, não a partir de uma visão caricata e tribal dos povos que estariam ali sendo representados, mas sim a partir da desconstrução dessa ideia a partir de exposições que enaltecessem as diversas contribuições culturais desses povos para a cultura local. Mas em 1977 todo este material foi distribuído entre o novo Museu do Índio - no bairro de Botafogo -, o Museu Nacional e Brasília o que tornou o espaço ocupado no bairro Maracanã uma sede abandonada.

No dia 20 de outubro de 2006, acontecia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro o Primeiro Encontro Tamoio dos Povos Originários, onde foram debatidas questões que atravessavam a temática dos povos originários. Estiveram presentes estudantes, professores, indígenas e interessados no assunto, que após o evento caminharam juntos ao antigo prédio, reiniciando a história da agora Aldeia Maracanã. Esse marco registra o início de uma nova ocupação que passa a servir como uma espécie de assentamento urbano para famílias indígenas de diversas etnias do estado. Dá-se início ao episódio de resistência mais emblemático que representa a causa indígena urbana no estado hoje, e me atrevo a dizer no país, uma luta atravessada por um gama de interesses econômicos, sobretudo imobiliários, e políticos evidenciados, por exemplo, com a Copa do Mundo em 2014, Olimpíadas, projetos de reforma urbana, o levante popular de 2013 e outros.

Em março de 2013 ocorreu a primeira tentativa de remoção, que segundo relatos aconteceu de forma agressiva, sendo utilizados sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e até a presença de uma arma sônica (SANTOS, 2019). Outro episódio e ainda mais emblemático pelas proporções midiáticas nacionais e até internacionais foi a permanência de Zé Guajajara numa árvore por 26 horas a fim de barrar a ação de desocupação operada através da polícia militar, também no ano de 2013.

Em 2016, a cidade sedia os Jogos Olímpicos, evento que se soma à prisão do antigo governador acusado de corrupção, e ao Decreto nº 45.692 que assinalava o Rio de Janeiro em estado de calamidade financeira, o que levou as elaborações de planos de contingenciamento de gastos





públicos e enfraqueceram o andamento dos projetos empresariais previstos, dando fôlego aos ocupantes da aldeia para continuar suas instalações e prosseguimentos nas atividades e demais eventos. E falando um pouco desse espaço hoje, ele servia e serve tanto como moradia, como espaço coletivo de atividades e eventos culturais destinado à educação e à transmissão de cultura indígena sob a ótica indígena. De acordo com Santos, quem chegar na aldeia hoje se deparará com

[...] na parte que seria feita de estacionamento, algumas ocas e abrigos de madeira cobertos com palha ou lona, uma casa de madeira e barro, um galpão telhado, uma estrutura coberta que serve de cozinha coletiva, um pequeno banheiro rudimentar, uma estrutura feita com troncos de madeira e coberta de palha que serve para reuniões, entre outras construções. Plantas de diversos tipos, frutíferas ou não, vêm sendo cultivadas onde antes havia concreto. Galinhas e cães correm livres pelo espaço. Um grande mapa do Brasil desenhado a partir da quebra do concreto enfeita uma parte do terreno. O espaço também conta com caixa d'água e com maquinário de fabricação de tijolos (SANTOS, 2019, p. 130).

Além de ser um espaço de muita troca de saberes e valorização da diversidade, é um lugar que serviu e serve de apoio a indígenas que residem no Rio ou que migram para cá e passam a viver nesse contexto urbano, encontrando na aldeia uma forma de aproximação com suas respectivas culturas. Apesar de já ter tido certa visibilidade midiática ao protagonizar artigos e matérias científicas e jornalísticas, é um espaço onde seus residentes vivem sob condições precárias de moradia, sistema de esgoto, acesso a saneamento e água, além de constante ameaça de despejo pelas autoridades. O desejo de construção de outros estabelecimentos no espaço circunscrito à Aldeia, desencadeou uma batalha judicial fundiária que perdura até hoje. O lugar do limbo jurídico, que até hoje não assegurou de forma efetiva a implementação de projetos e o direito à posse deste lugar, nos direciona a percepção de como a dinâmica da cidade vem sendo excludentes com esses povos.

O caso da Aldeia Maracanã não é um caso isolado no Rio de Janeiro, já foram localizados outros conflitos com o mesmo caráter racista na cidade. Dentre eles também na Aldeia Jacutinga em Duque de Caxias. A influência indígena nesta cidade da Baixada Fluminense deu-se através das etnias jacutingas, e atualmente conta com representantes Cariri Xocó, Guarani, Puri, Tabajara e Tupinambá que somam o Instituto dos Saberes dos Povos Originários de Duque de Caxias. A aldeia localiza-se no terreno da Fundação Educacional de Duque de Caxias (faculdade Feeuduc) no bairro de São Bento e foi utilizado como manutenção de memória cultural e tradicional a partir de eventos e visitas que aconteciam no espaço.

A Oca Kupixawa, construída em 2014 e localizada no Parque Laje no Rio de Janeiro soma mais um espaço voltado para fortalecimento desses vínculos no estado, nele uma “casa de cura do povo Huni Kuin, construída de forma colaborativa, destinada a vários movimentos indígenas que realizam seus rituais e formações” (RODRIGUES, 2021). Ambas vivenciaram episódios de incêndios mal investigados, já que não há informações sobre suas causas, o que nos leva a supor que se trata de atos criminosos além de crime de racismo sofrido por povos indígenas na cidade, além de outros conflitos nas próprias terras indígenas que são exemplos evidentes de invisibilização aqui.





Parece ser característico das terras indígenas do estado passar por tentativas de remoção e de expulsão, e, muitas vezes, ocorrem através de atos criminosos e o ato de atear fogo é uma delas. Certamente essas ações, tem uma carga muito grande de racismo e encobrem os interesses econômicos que estão por trás, visto que esses territórios ocupados pelos indígenas são objeto de disputas. Geralmente trata-se de interesses imobiliários que visam a construção de conjuntos residenciais próximos ou nestas regiões. Este é o cenário que inegavelmente espelha o racismo, e o incômodo odioso de indígenas no âmbito urbano. Tudo isso bem acompanhado da ausência de políticas urbanas, municipais e sociais, geralmente inexistentes ou que abrangem essa população e suas demandas.

Na esteira da defesa dos direitos dos indígenas no Rio de Janeiro, surge o CEDIND/RJ - Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, instituído pelo Decreto Governamental Nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, cuja posse ocorreu em 17 de maio de 2018, foi uma importante iniciativa para a garantia dos direitos dos índios aldeados e em contexto urbano deste estado. O CEDIND tem suas atividades coordenadas pela Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Em dezembro de 2018 foram também criadas as seguintes Comissões Permanentes: Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Educação e Cultura; Saúde e Saneamento; Território, Meio Ambiente, Agricultura e Habitação; Economia Solidária, Trabalho e Renda; Orçamento; Comunicação.

Vale lembrar que a questão referente aos direitos do indígena “urbano” está presente nas reivindicações dos indígenas pelo menos desde 2006. Esse ponto foi pauta da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, se tornando um capítulo do documento colaborativo que surge dessa organização, tendo em vista demandas relacionadas a território, educação e saúde. Em um dos pontos do documento está colocado que

[...] os governos federal, estadual e municipal, garantam, em áreas urbanas, políticas públicas com a participação efetiva dos indígenas, e áreas com infraestrutura básica, incluindo títulos definitivos aos índios que vivem dentro desse perímetro urbano, garantindo à sobrevivência física e cultural desses povos, respeitando suas especificidades (FUNAI, 2006, p. 53).

O Conselho evidencia a presença de forte mobilização indígena no estado e materializa a necessidade de negociação de seus interesses a partir do diálogo com o poder público. Sendo assim simboliza a resistência que vem sendo estabelecida frente às tantas necessidades dos indígenas. Em entrevista para o Diário do Rio em junho de 2021, Sérgio Ricardo Potiguara membro pela organização GRUMIN do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND-RJ) afirma que:

A ascensão ao poder no Brasil, a partir de 2019, de forças políticas de extrema direita e fundamentalistas tem acirrado o racismo estrutural em nossa sociedade e, infelizmente, temos vistos atos de intolerância se repetirem como o incêndio de Ocas e tentativas de despossessão e de desterritorialização de aldeias. Há alguns anos, em Brasília, o índio Galdino foi queimado à noite ao dormir na rua num ato típico de intolerância e racismo. Estas ações violentas são uma expressão do fascismo à brasileira, uma vez que tenta-se não apenas suprimir os direitos originários garantidos na Constituição Cidadã de 1988, como está ocorrendo neste momento no Congresso Nacional e está em debate no STF onde está sendo discutido a aprovação





do famigerado “Marco Temporal” que é um grande retrocesso civilizatório já que não reconhece que os povos indígenas tem direitos assegurados às terras que historicamente ocupam e onde vivem protegendo os rios, nascentes e as florestas que são cuidados como ambientes saudáveis e são sua principal fonte de alimentos. O que está acontecendo no país é um ataque generalizado ao direito de existência por parte dos povos originários. O ato de queimar símbolos da cultura num espaço onde buscamos um reencontro com nossa ancestralidade em pleno Rio de Janeiro, uma cidade que é um antigo território indígena e onde no passado houve um massacre e um etnocídio destes povos, não pode passar impune. Os governantes precisam investigar e impedir que este crime cultural se repita mais uma vez! (ALVES, 2021).

Essa fala expressa de forma cirúrgica os dilemas vividos pelos indígenas no Rio de Janeiro e expressa o ódio que se dissemina contra essa população. Fica evidente que sempre existiu, mas que ganha ainda mais força nos últimos anos diante do aprofundamento do neoliberalismo embebida em uma onda neofascista que vem tomando força política também, no âmbito da sociedade civil. Isso nos leva à urgência de fomentar ainda mais debates acerca da valorização da cultura indígena brasileira que demanda de uma sociedade pluriétnica.

## 5. COVID-19, ADOECIMENTO E FALTA DE CUIDADO ESPECIALIZADO

A pandemia que assola novamente o mundo em 2019, como bem coloca Krenak (2020), expressa nada além de um grito de alerta da terra que vem experimentando assim como nós o adoecimento decorrente do estilo de vida que a séculos vem sendo proposto pelo modo de produção capitalista e as condições sociais pertinentes a este. Para indígenas trata-se de mais uma ameaça dentre tantas enfrentadas historicamente desde o contato com o branco. Novamente estamos falando de consequências de um modelo societário marcado pela desigualdade econômica, investimento inadequado em saúde pública universal, fome, insegurança alimentar e nutricional, ambientes urbanos insalubres, busca incessante pelo acúmulo de capital em detrimento de ecossistemas e da saúde/bem-estar de trabalhadores, além da priorização de lucros de empresas que compõe a indústria farmacêutica. Tudo isso torna o lugar propício à disseminação de doenças como uma relação aprofundada pelos marcadores sociais no Brasil.

Num país onde indígenas vivem de forma potencializada, a violência física direta e indireta, ocasionada pela ausência de políticas que serviriam como rede de proteção, vivenciaram esta como historicamente outros surtos e epidemias, de maneira ainda mais dramática devido suas inúmeras vulnerabilidades. A perda de vidas indígenas significa a perda da história carregada pela oralidade, pela cultura e pela experiência e sabedoria no caso de lideranças e anciãos das comunidades, e isto torna-se um desafio frente a omissão do estado acerca dos números e de ações rápidas e efetivas de combate a doença seja na aldeia ou fora dela. Em todo território nacional foram notificados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) 75.485 casos confirmados, destes 69.588 em terras indígenas, sendo então 5.897 fora dela (ISA). Apesar deste dado, e mesmo com toda a incidência indígena nas cidades - como já abordamos aqui - não houve, durante a pandemia, um monitoramento oficial de casos e óbitos de indígenas que vivem nas cidades, o que nos leva novamente ao fato de que estes estão desamparados, visto que os órgãos responsáveis pela atuação com estes povos se restringem ao acompanhamento em terras indígenas.





Para ilustrar essa dinâmica leia-se abaixo parte de entrevista realizada com Carlos Tukano, indígena residente do Rio de Janeiro, para o Radar Covid-19 Favela<sup>4</sup>, informativo vinculado a Fiocruz. Quando perguntado sobre como foi a experiência de atravessar a pandemia o mesmo afirma que.

[...] a pandemia de hoje, de Covid-19, é horrível. Em pleno século XXI está dizimando os povos indígenas nas suas regiões. E para mim foi difícil também, até perdi a minha filha pelas complicações da Covid-19, há pouco mais de 2 meses. É horrível! O que houve, por exemplo, no caso do Covid-19 foi a dificuldade de atender os povos indígenas que vivem em contexto urbano. Como a gente acabou de falar de Rani, nós tivemos que fazer através da nossa associação indígena Aldeia Maracanã, através dos nossos registros de quem participa dos nossos eventos, das nossas reuniões... Nós temos uma margem mais ou menos de quase 200 pessoas que participam dos nossos eventos. Através disso, nós tivemos que pedir ao Governo do Estado que fossem atendidos diferencialmente, não só nas aldeias. Nós, como representantes, tivemos que fazer isso, encaminhar esse documento baseado na representatividade, através da Fiocruz, da Secretaria de Saúde do município, para que fôssemos atendidos. Assim, alguns de nós fomos atendidos através dos postos de saúde, através das clínicas de saúde da família, acessamos a vacina, não somente nas aldeias, mas também em contexto urbano, provando através das nossas palavras. Precisamos muitas vezes de documentos burocráticos que exigem nesse país. (FIOCRUZ, 2022, p. 21).

No Rio de Janeiro, uma única iniciativa foi identificada como medida preventiva ao Coronavírus. O Cedind/RJ viabilizou no estado, uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para vacinar no dia 9 de abril de 2021 um grupo de 80 indígenas em contexto urbano da região metropolitana do Rio. A vacinação aconteceu na aldeia maracanã, e não se sabe ao todo quantos foram vacinados posteriormente, o que dificulta a geração de dados e avaliação da cobertura vacinal para este público, ficando a cargo de organizações, entidades políticas e movimentos sociais a realização de esforços para prestação de informações e denúncia.

Sabemos que, apesar da importância da priorização dos esquemas vacinais, as medidas protetivas não deveriam esgotar-se no acesso às campanhas de vacinação. Para além do contexto de covid-19, pode-se observar que o acesso de indígenas aos serviços públicos presentes nas unidades de atendimento da cidade, seja no âmbito da saúde, assistência, etc., não acontece de forma especializada tendo em vista as particularidades de suas demandas. É por isso que o debate do cuidado é urgente, pois é esta carência que nos cotidianos potencializa o adoecimento e negligência da vida em metrópoles já tão adoecidas como o Rio de Janeiro.

---

<sup>4</sup> Radar COVID-19, Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia. Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tratamos da formação de grandes cidades no Brasil, não se pode ignorar que elas expressam uma mecânica cara ao capitalismo por potencializar um desenvolvimento social e econômico interessantes a ordem vigente. Muitas delas para se constituírem como tal, caso do Rio de Janeiro, passaram por processos de escravização. A utilização de mão de obra explorada possibilitou a construção de grandes edificações no Rio colônia, e avançando no tempo histórico também exprime a exploração da massa de trabalhadores que vivem aqui ou nos campos e que com seu trabalho e consumo sustentam a base social, alimentando as dinâmicas capitalistas no dia-a-dia da vida urbana. Não poderíamos então desarticular o passado com o hoje, sendo este, fruto de uma relação estabelecida na colônia como herança do racismo.

É contando a história a partir da ótica dos povos indígenas que constatamos que estes marcaram e marcam ainda uma presença expressiva nas cidades. Como abordado, isto pode decorrer da violência sofrida em suas terras e da escassez de insumos ocasionados pela ação ativa de garimpos e/ou outros empreendimentos que ferem a dinâmica da natureza e que forçam indígenas a procurar outras possibilidades de vida nas cidades, fora de seu lugar de origem. Outra problemática observada a partir disto é que povos indígenas vêm tentando se adaptar a cidade quando a cidade deveria aldear-se na tentativa de recebê-los e mantê-los em boas condições aqui. Uma sociedade mais justa seria aquela que adequa suas ações e suas necessidades ao que é possível para a natureza de forma que esta não adoça. Pois esse adoecimento rebate em todas as esferas da vida humana, tanto no rural como no urbano. Nesse sentido, é importante, também, desmistificar o rural e urbano, desconstruindo a ideia de que estes são indissociáveis, mas pensando que são esferas intimamente relacionadas em seus fenômenos, o que torna necessário a ampliação do debate acerca da crítica ao capitalismo e seus efeitos destrutivos. Assim, chegamos no ponto onde percebe-se que no contexto urbano indígenas encontram-se distanciados das premissas que regem a cultura do bem viver, apesar desta possuir grande potência pedagógica para os governantes frente a tendência autodestrutiva presentes no cotidiano urbano, mas vêm realizando esforços para, dentro do movimento indígena, resgatar o coletivismo e a afetividade, e promover uma aproximação com aspectos que compõe suas respectivas culturas.

A existência de um movimento indígena vem sendo cada vez mais necessária frente aos ataques truculentos que ameaçam sua segurança no estado. No Rio de Janeiro, o Conselho Estadual dos direitos Indígenas, a Aldeia Rexiste (Movimento em defesa da Aldeia Maracanã), e outras organizações já citadas, são fruto dessa organização política e formam uma rede de luta que articula com indígenas, não-indígenas e governos o debate e atendimento de suas demandas. Porém, a questão indígena com toda sua complexidade esbarra na incompreensão, ignorância e racismo dos que ainda os encaram como empecilho ao desenvolvimento econômico e, ainda, como uma questão que inexistente no meio urbano, já que supostamente não seria possível ser indígena na cidade vestido, sem cocares, a par das tecnologias, etc... maior falácia já inventada pela perspectiva colonial.

Precisamos entender a profundidade da questão indígena, pois isto muito tem a nos revelar sobre a sociedade, sobre nós, sobre o passado, e nos permitirá refletir acerca do presente e traçar novas possibilidades para o futuro. É um debate urgente e da importância de todos. O Brasil é um país racial onde a maioria dos corpos que vivem aqui carregam consigo marcas de um sistema

racista que está longe de acabar. Por fim, o Rio de Janeiro e sua relação com povos indígenas e vice-versa não é algo que devemos pensar como herança, mas é uma história ainda em movimento, que ainda está sendo escrita e precisa ser contada. Povos indígenas carregam a ancestralidade brasileira, mas não fazem parte de um passado obsoleto; compartilham conosco o presente e a esperança de um futuro onde haja demarcação, valorização de seus costumes, preceitos, e cultura no âmbito nacional. Mas enquanto o genocídio ainda é uma realidade, continuarão na luta por um lugar de igualdade e traçando estratégias para seguirem vivos nas aldeias ou nas cidades.

## REFERENCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial - Novos súditos cristãos do Império Português. Tese de Doutorado. Cap. 2. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. *Fronteiras & Debates*. Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015.
- BERGER, William. Índios na cidade do capital: Indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro em tempos de barbárie (2012-2017). Rio de Janeiro. Gramma, 2018.
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Documento final. Conferência Nacional dos povos Indígenas. Brasília, 2006.
- DUSSEL, Henrique. 1942: O encobrimento do outro. A origem do “mito da Modernidade”. Conferência de Frankfurt/ Enrique Dussel; tradução Jaime A. Clasen. - Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. 2012.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª edição. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.
- KRENAK, Ailton. A vida não é útil. pesquisa e organização Rita Carelli. - 1ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: A questão política no campo. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. São Paulo, 1980. p. 45-66.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder. Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.
- FIOCRUZ. Radar Covid-19 favela. edição 16º. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Abr/Mai 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/radar-covid-19-favela-16a-edicao>
- SANTOS, Vinicius Pereira dos. Aldeia Maracanã: militância política de protagonismo indígena na cidade do Rio de Janeiro. 2019. Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro. N.16, 2019, p.115-134
- Sites consultados:
- ALVES, Altair. Incêndio destrói parte da oca indígena kupixawa no Parque Lage. Diário do Rio. 26 de junho de 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/incendio-destroi-parte-da-oca-indigena-kupixawa-no-parque-lage> Acesso em: Set/ 2022
- IDENTIDADES DO RIO. Os índios no Rio de Janeiro. As aldeias indígenas no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/mapa/indios-rio-de-janeiro> Acesso em: Set/ 2022



- ISA - Instituto Socioambiental. Covid-19 e os povos indígenas: “Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra”. Davi Kopenawa. Disponível em: [https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQjwkt6aBhDKARIsAAyeLJ2FS-R9rfkKJ-pxRYn60fbg-xdNuxep369ofWUxBYAHfRirJwn2jeGoaAuSPEALw\\_wcB](https://covid19.socioambiental.org/?gclid=Cj0KCQjwkt6aBhDKARIsAAyeLJ2FS-R9rfkKJ-pxRYn60fbg-xdNuxep369ofWUxBYAHfRirJwn2jeGoaAuSPEALw_wcB) Acesso em: Out/2022
- ISA - Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Localização e extensão das TIs. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_extens%C3%A3o\\_das\\_TIs](https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs) Acesso em: Set/ 2022
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama> Acesso em: Set/ 2022
- MENDES, karla. Conservação na Amazônia, Desmatamento ilegal na Amazônia, Indígenas nas Cidades. Mongabay Series. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/06/indigenas-no-rio-lutam-para-reverter-seculos-de-apagamento/> Set/ 2021
- RODRIGUES, Éder. Povos Originários, Violências e Desmontes: As Velhas Práticas de um Brasil Anti-Indígena. EcoDebate. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/07/13/povos-originarios-violencias-e-desmontes-as-velhas-praticas-de-um-brasil-anti-indigena/> Acesso em: Set/2022

